



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Fundamentos do Serviço Social

### A OFENSIVA CONSERVADORA E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

OZEANE ARAÚJO DE ALBUQUERQUE DA SILVA <sup>1</sup>  
PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS <sup>1</sup>  
MARIA RAPHAELA CRISTINY DE OLIVEIRA <sup>2</sup>

**RESUMO:** O modo de produção capitalista sobrevive de crises, que impacta a forma de vida da classe trabalhadora. A atual crise favorece a expansão do pensamento conservador, em suas várias frentes: política, econômica, moral, religiosa, dentre outras. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é contribuir com as análises sobre a expansão do pensamento conservador, considerando a sua influência no Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que utiliza o método crítico dialético, por considera-lo capaz de permitir a análise do presente, sem perder de vista o processo de formação sócio-histórico do nosso país, o qual influencia a conjuntura que temos hoje.

Palavras chaves: Serviço Social; Classe trabalhadora; Capitalismo; Pensamento conservador.

**ABSTRACT:** The capitalist mode of production survives on crises, which impact the way of life of the working class. The current crisis favors the expansion of conservative thought, in its various fronts: political, economic, moral, religious,

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

2 Estudante de Pós-Graduação. Secretaria Mun. Do Trabalho, Habitação E Assistência Social

among others. In this perspective, the objective of this article is to contribute to the analyses about the expansion of conservative thought, considering its influence in Social Work. This is a bibliographical research, which uses the critical dialectical method, as it considers it capable of allowing the analysis of the present, without losing sight of the process of socio-historical formation of our country, which influences the conjuncture we have today.

Keywords: Social Service; Working Class; Capitalism; Conservative thinking.

## **1- INTRODUÇÃO**

No Brasil, o conservadorismo é um traço marcante, acompanhando o processo de formação sócio-histórico do país, o que nos faz compreender as profundas desigualdades, uma vez que o desenvolvimento sempre esteve atrelado à manutenção de privilégios da classe dominante.

Mesmo com presença histórica e constante, o conservadorismo se apresenta com muito mais veemência nos momentos de crise, justamente por ser um veículo ideológico utilizado para justificar a ampliação da exploração do/a trabalhador/a, como algo necessário para o desenvolvimento. Além disso, há uma série de discursos que acabam por favorecer as práticas racistas e discriminatórias, que culminam com a violência e violação de direitos da classe trabalhadora, em especial de mulheres, pobres e negros/as.

É nesse sentido que compreendemos a ampliação do conservadorismo no contexto atual, o qual criou as condições necessárias para a eleição de Jair Messias Bolsonaro, que vem sinalizando para a destituição de direitos, minimização das funções protetivas do Estado e, conseqüentemente, acirramento das desigualdades. De igual forma, contribui abertamente para práticas e discursos discriminatórios, preconceituosos, racistas, homofóbicos, machistas, dentre outros. É uma realidade social que se torna cada vez mais complexa, uma vez que na mesma proporção em que as expressões da questão social de agudizam, se ampliam discursos que vão banalizar a vida e naturalizar as dificuldades para a sobrevivência da classe

trabalhadora.

Nessa complexidade que situamos a atuação profissional de assistentes sociais, os/as quais atuam com/nesta realidade e necessitam desenvolver um arsenal não apenas teórico e metodológico, mas também ético e político, para a construção de respostas às expressões da questão social.

O presente artigo possui o objetivo de contribuir com as análises sobre a expansão do pensamento conservador, considerando a sua influência no Serviço Social, partindo da perspectiva de que tal profissão nasceu num berço conservador e que o mesmo, mesmo com todo o movimento de resistência, permanece no seio profissional até os dias de hoje, tencionando o desafio de construção de respostas às expressões da questão social.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que se utiliza do método crítico dialético, sendo este imprescindível para as análises realizadas, uma vez que tal método permite uma análise da totalidade e das contradições que envolvem o objeto estudado, levando em consideração a sua historicidade para a compreensão do presente.

Por fim, o estudo apresenta a necessidade de defesa do projeto ético-político do Serviço Social, por considerar os compromissos que o mesmo expressa, os quais representam possibilidades de lutas e resistências contra as violências e violações que vem sendo naturalizadas e banalizadas com a ofensiva conservadora.

## **2- Pensamento conservador: uma breve introdução**

Ao contrário do que se pode pensar, o conservadorismo não é algo recente. É certo que no Brasil nos parece que há uma ofensiva que se torna mais evidente e com traços mais severos com o golpe de 2016 que destituiu Dilma Rousseff, presidenta eleita democraticamente, e fez ascender ao poder Michel Temer. Como consequência, em 2018, vimos a eleição de Jair Messias Bolsonaro, o qual inaugura uma onda de profunda reação conservadora, responsável também pelo desmande do sistema de proteção social brasileiro. De acordo com Leila Netto (2011, p. 40-1) o

pensamento conservador:

“não é um estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentos que valorizam, sancionam e defendem o existente – formas a que cabe a denominação de tradicionalismo. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural (...) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa.

Conforme apontado pela autora supracitada, o conservadorismo surge em meio à constituição da burguesia enquanto classe social revolucionária, que quebra com padrões anteriormente postos, baseados na sociedade feudal. Com isso, o conservadorismo, na sua origem, vai se opor a essa transformação social, uma vez que o mesmo possui uma forte ligação com as estruturas sociais do passado e preservação da “ordem”. É nesse sentido que o conservadorismo surge como um movimento contrarrevolucionário e como uma oposição à modernidade.

De acordo com Cisne; Cantalice e Araújo (2020), historicamente, os momentos de crise têm se mostrado como possibilidades para a luta de classe, mas também para a efervescência do pensamento conservador, o qual se mostra defensor das tradições, dos privilégios e do *status quo*. Será nessa perspectiva que as autoras afirmam que o conservadorismo sofre determinadas alterações, em decorrência das próprias transformações sociais que acontecem, no entanto, ele permanece com suas características fundantes, principalmente no tocante à preservação dos privilégios. Para as autoras supracitadas:

Apesar do conservadorismo ser um movimento amplo e heterogêneo, que vai assumindo significados e expressões em sua processualidade histórica, alguns de seus denominadores comuns são: contrarrevolucionário, tradicionalista, irracionalista, defensor das instituições, da ordem, da hierarquia, da propriedade privada e da família. E nesse sentido, argumentamos: respeito à tradição, lê-se ao tradicionalismo; valores morais rígidos, lê-se moralismo; apologia à família, lê-se à família nuclear heteropatriarcal burguesa e branca. (idem, p. 313)

Mesmo assim, diante de suas particularidades, para as autoras é possível situar três momentos de desenvolvimento do pensamento conservador, apresentados como: *conservadorismo clássico*, se situa entre os anos 1789 e 1914;

o *conservadorismo moderno*, final de 1910 ao final da década de 1960 e o *neoconservadorismo*, que emerge na década de 1970 e permanece até a atualidade.

Nesta perspectiva, Yazbek (2020) considera a obra de Edmund Burke, intitulada “Reflexões sobre a Revolução Francesa”, de 1790, como sendo a precursora da discussão sobre o pensamento conservador, motivo pelo qual o autor passa a ser considerado um dos fundadores do pensamento conservador.

No entanto, é interessante, conforme analisado por Leila Netto (2011), que o pensamento conservador, na sua gênese inaugurada por Burke, vai criticar as transformações advindas das revoluções francesa e industrial, o que não significa dizer que o mesmo vai se opor diretamente ao desenvolvimento do capitalismo. Para a autora, ao analisar os escritos de Burke, o que fica evidente é que ele “deseja o capitalismo sem a Modernidade”. (NETTO, 2011, p. 45)

Assim, o pensamento conservador não vai se preocupar em criticar, por exemplo, o surgimento da questão social, enquanto complexo de desigualdades advindas das contradições entre capital-trabalho. O alvo de crítica dos/as conservadores/as é a manutenção dos privilégios da nobreza, da moral. No entanto, com a ascensão da burguesia como classe dominante e a instauração dos conflitos com a classe trabalhadora, que vão eclodir no ano de 1848, é que vê-se uma reviravolta no pensamento conservador.

Instaurada a sociedade burguesa, os/as pensadores/as conservadores/as vão aceitar a impossibilidade de retorno ao passado feudal e contribuir para manutenção do capitalismo enquanto modo de produção criador das desigualdades.

Então, quando a burguesia cumpre o seu papel revolucionário e se instaura como classe dominante, passa a se utilizar do conservadorismo para se manter no poder. Ou seja, “o protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou.” (NETTO, 2011, p. 46)

É a partir daí que se visualiza a relação que passa a ser estabelecida entre conservadorismo e o modo de produção capitalista. Ou seja, a burguesia, para se manter enquanto classe dominante, passa a utilizar o conservadorismo ao seu favor,

justamente por ser este um pensamento contrarrevolucionário e que favorece a manutenção de uma determinada ordem.

Ideologicamente, percebe-se que tal pensamento é funcional à manutenção das desigualdades sociais geradas como consequência do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que as expressões sociais passam a ser naturalizadas, individualizadas e banalizadas como um “mal necessário”, desempenhando papel importante principalmente nos típicos “momentos de crise” deste modo de produção.

Barroco (2015) destaca importância do conservadorismo para o enfrentamento da crise mundial do capitalismo da década de 1970. Para a autora, neste momento, há uma reatualização do conservadorismo, sem, contudo, modificar à sua maneira particular de compreender e analisar a sociedade. Tal modificação passou a ser denominada de neoconservadorismo.

Constata-se que o conservadorismo permanece vinculado ao capitalismo, enquanto defensor da ordem e da moral. Além disso, como forma de superação da crise, incorpora a crítica às intervenções no campo social, principalmente aquelas relativas à garantia de direitos sociais e passa a defender um Estado forte, coercitivo e repressor, como forma de defesa da sociedade capitalista.

Será este pensamento conservador que, segundo Barroco (2015), vai ser o responsável pela culpabilização dos indivíduos perante as expressões da questão social, sendo, nesta perspectiva, a crise do capitalismo um problema da moral individual e não do sistema.

A superação da crise perpassa então, segundo Boschetti (2015), pela defesa conservadora do papel do Estado, como garantidor das condições necessárias ao desenvolvimento do capital, o que significa dizer “máximo para o capital e mínimo para a classe trabalhadora”, já que a ordem perpassa pela minimização das funções protetivas do Estado.

No que tange à realidade brasileira, Barroco (2015) afirma que a ideologia conservadora de apelo à ordem se intensifica justamente no momento de consolidação do neoliberalismo no país, ocorrido no início da década de 1990, isso porque “Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as

bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos.” (BARROCO, 2015, p. 626)

Sobre esse aspecto, Behring (2008) evidencia que trata-se de um processo fortemente ideológico, uma vez que, as medidas neoliberais são propagadas como sendo a única alternativa viável. A flexibilização das relações de trabalho, o aumento da informalidade, a naturalização da exploração, do agravamento das expressões da questão social e, portanto, a redução da proteção social, passam a ser amplamente difundidas como alternativas necessárias para a superação dos “momentos” de crise.

Como consequência à minimização das funções protetivas do Estado, assiste-se ao agravamento das expressões da questão social, com destaque para a violência, a qual, segundo Barroco (2015) é responsável pelo desenvolvimento de uma “cultura do medo”. Como um processo ideológico, é interessante observar que, diante deste medo instalado, há a implantação de discursos conservadores, para justificar a violência praticada contra determinados grupos, como sendo um “mal” necessário.

A autora afirma que, diante disso, as expressões da questão social voltam a ter um tratamento como “casos de polícia”, ou seja, há um tratamento violento e que criminaliza determinados grupos. No entanto, o que chama a atenção é que “Essa guerra não declarada tem nome e endereço” (idem, p. 628), uma vez que é direcionada a uma população específica, principalmente LGBTQIA+, pobres, mulheres e negros/as.

Outro traço marcante que caracteriza o neoliberalismo e, portanto, o pensamento conservador contemporâneo, é o apelo à família enquanto agente de proteção social. No entanto, não é um apelo a qualquer família e sim aquela que se caracteriza enquanto tradicional e portadora da moral e dos bons costumes.

É importante salientar que, mesmo as famílias possuindo participação histórica durante todo o processo de constituição da proteção social no Brasil, será com a adoção do neoliberalismo que tal “chamamento” se tornará muito mais evidente e, conforme aponta Teixeira (2015), legalmente constituído, uma vez que a família passa a se fazer presente como elemento central em diversas políticas, como na saúde, educação, assistência social, bem como na legislação que garante direitos

para crianças, adolescentes, idosos/as, pessoas com deficiência, dentre outros.

Desta forma, a centralidade da família da classe trabalhadora no sistema de proteção social brasileiro torna-se útil, em meio ao processo de destituição de direitos e minimização das funções protetivas do Estado. Para Mito e Horst (2017), trata-se de uma “confluência perversa para as famílias”, principalmente para as mulheres. As famílias vêm assumindo, assim, responsabilidades que muitas vezes não possuem condições de suportar, uma vez que a elas não é oferecido os devidos suportes e sim, apenas, medidas de monitoramento e culpabilização individual, com forte viés policialesco. Trata-se, então, de um processo de transferência de responsabilidades, sem o devido suporte das políticas sociais.

Essa transferência de responsabilidades e a centralidade atribuída às famílias é que caracterizam o sistema de proteção social brasileiro como “familista”. Para Cisne; Cantalice e Araújo (2020, p. 316):

Há um familismo patriarcal na organização neoliberal e conservadora dos sistemas de proteção social, na qual as políticas públicas entendem as famílias como as principais responsáveis pelos seus membros e, por sua vez, as mulheres são as principais responsáveis pelas famílias, dentro da perspectiva patriarcal que marca a nossa sociedade

O apelo à participação das famílias possui um traço ideológico que perpetua e naturaliza as relações desiguais de raça, gênero e classe. Além disso, concordando com as autoras acima citadas, ao apontar a defesa da família tradicional, como sendo aquela monogâmica e formada por pessoas heterossexuais, valoriza-se, assim, esse “modelo” de família como sendo o “normal” e o que deve ser socialmente aceito, o que gera uma discriminação para com outros arranjos familiares não pautados no que se considera “normal”, principalmente aqueles formados por casais homoafetivos.

Ainda conforme Cisne; Cantalice e Araújo (2020), a centralidade atribuída à família, enquanto tradicionalmente constituída, naturaliza todo um conjunto de opressões e desigualdades as quais as mulheres estão sujeitas, reforçando os papéis sociais delegados a elas, enquanto responsáveis pela vida privada e,

portanto, pela reprodução social da força de trabalho.

Com isso, constata-se que a característica “familista” da proteção social brasileira se assenta em bases conservadoras, as quais são importantes para a permanência da dominação do capital e, portanto, para a continuidade do ciclo de opressões e desigualdades.

### **3- A ampliação do conservadorismo e implicações ao Serviço Social**

Conforme exposto anteriormente, o conservadorismo possui raízes históricas na sociedade brasileira. No entanto, o mesmo apresenta-se com muito mais veemência no tempo presente, impulsionando alguns acontecimentos, em que destacamos o golpe de 2016, o qual destituiu a presidenta Dilma Housseff, fez assumir Michel Temer e também alavancou a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

O impeachment da presidenta Dilma pode ser situado enquanto uma reação conservadora da classe dominante brasileira. Para DEMIER (2016, p. 20):

O cheiro de povo acirrou, claro, o ódio ao povo, o tradicional ódio de classe cultivado pelos estratos superiores brasileiros (...) Tomados por um mal-estar social crescente, e muitas vezes acoissadas por dívidas e contas a pagar, parcelas significativas dos setores médios passaram a dirigir sua insatisfação contra os de baixo, identificando sindicatos e partidos de esquerda como os responsáveis pelo seu declínio social (...) Derrotados eleitoralmente pelos votos dos “nordestinos que recebem bolsa família”, os setores médios conservadores revoltaram-se de vez (...) Alimentando uma repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e até mesmo índios, eles saíram às ruas e modificaram o cenário político do país.

A extensa citação acima, no entanto importante, nos permite refletir sobre os reais motivos que levaram ao impeachment da presidenta, bem como nos permite entender o contexto atual que se manifesta, impulsionado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro.

O impeachment acontece em meio à crise de legitimidade do governo petista, traduzindo-se numa reação conservadora da elite, já que a suposta “mobilidade social” e o ganho de poder aquisitivo, adquirido por setores da classe trabalhadora, passaram a “incomodar” a classe dominante. A revolta da classe dominante não é

direcionada às desigualdades sociais, mas sim ao fato de constatar, por exemplo, a presença de um/a filho/a de trabalhadores/as frequentando uma universidade pública, juntamente com os seus/suas; tendo o acesso à arte, cultura e esportes. Isso, dentre outras coisas, incomoda a classe dominante, porque se antes apenas ela possuía tal acesso, era, então, um privilégio. Quando outra classe social passa a ter acesso também, não é mais “privilégio” e é isso que gerou revolta na elite brasileira: a perda de privilégios, ou seja, de poder.

Desta forma, o impeachment de Dilma Rousseff pode ser analisado a partir da reação conservadora da classe dominante brasileira, traduzindo-se num verdadeiro golpe na democracia brasileira ou, como denomina Demier (2017), a construção de uma verdadeira “democracia blindada”, compreendida pelo autor como um processo que visa alterações políticas para satisfazer as necessidades do capital, sem alterar, contudo, a si mesma. Ou seja, as alterações são realizadas sem a necessidade de um golpe clássico de Estado.

Conforme já apontado anteriormente, o Brasil é um país que mantém características conservadoras ao longo de sua história. No entanto, tanto o golpe de 2016, como a eleição do atual presidente, criaram as condições mais adequadas para que ele se manifestasse de forma muito mais evidente e até mesmo cruel. Portanto, se antes os/as conservadores/as “preservavam” suas opiniões sobre determinados temas, hoje eles/elas expõem sem qualquer receio e agem de forma criminosa.

Quando o atual presidente declara abertamente o seu ódio contra negros/as, mulheres, população LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, há um reforço para aqueles/as que comungam do mesmo pensamento conservador, mas, que, de certa forma, não tinham a coragem de se expor abertamente, venham agora a reproduzir tais preconceitos. Ou seja, há uma certeza da impunidade diante de práticas racistas e discriminatórias. Sobre isso, Keller (2019, p. 107) afirma que:

A representatividade conservadora no cenário político tem colocado em destaque aspectos que já estavam presentes no cotidiano da realidade brasileira, mas que, neste momento histórico, exsurtem com força e sem receios. Parte da população parece reproduzir despididamente preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e naturalizadas.

Concordando com a autora acima citada, há uma naturalização das práticas e discursos conservadores. Isso se tornou muito evidente durante a pandemia da COVID 19, por exemplo, quando muitos/as não conseguiram/conseguem enxergar o tamanho descaso da presidência do país e articulá-lo com as mais de 600 mil mortes, que se deram em decorrência da ausência de ações governamentais. Naturalizou-se e banalizou-se a morte, a pobreza, o desemprego e as demais expressões da questão social que se agudizam no tempo presente.

Neste mesmo viés da naturalização dos fenômenos, podemos citar o extermínio da população indígena, que vem ocorrendo sistematicamente, sem gerar, contudo, grandes movimentações contrárias. A morte do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, ocorrida em junho de 2022, nos parece pertencer a este mesmo projeto. Ou seja, a um projeto que prioriza a acumulação do capital, em detrimento das pautas sociais e ambientais.

Esta naturalização dos fenômenos, juntamente com a invisibilidade diante das necessidades do outro e a resistência a mudanças, se constitui, de acordo com Keller (2019), em fortes características do pensamento conservador.

Concordando com Boschetti e Behring (2021), o conservadorismo de Bolsonaro “flerta” diretamente com o fascismo, mesmo sendo um governo aparentemente “democrático” (o termo utilizado por Demier – “democracia blindada”- nos parece muito mais apropriado para designar o atual momento). É nesse contexto que devemos compreender o suposto nacionalismo exacerbado; a militarização; violência e criminalização dos movimentos sociais e da defesa dos direitos humanos, somados ao conservadorismo moral e religioso, expresso através do *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

De fato, o conservadorismo no Brasil não surge com a figura do atual presidente do país, mas é óbvio que tem se legitimado muito mais com o posicionamento político adotado, sendo importante destacar que a ofensiva conservadora não se faz presente apenas no plano do discurso de ódio e nas práticas pautadas na violência, ele invade o próprio ordenamento político. Nesta perspectiva, Yazbek (2020) situa o desmonte da proteção social brasileira, o qual

incide diretamente na redução dos direitos que foram historicamente conquistados, bem como põe em ameaça a própria democracia brasileira.

É nesse cenário adverso que atuam assistentes sociais. Refletir sobre esse avanço do conservadorismo e, conseqüentemente, o desmonte do sistema de proteção social é fundamental para entender os desafios que são postos ao Serviço Social, isso porque, como bem nos lembra Barroco (2015, p. 634): “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários.”

Os/as assistentes sociais não estão imunes à expansão do conservadorismo e podem estar atuando, inclusive, pelo seu fortalecimento. Isto se dá pelo fato do corpo profissional ser composto por sujeitos diversos.

Concordando com Barroco (2015), os/as assistentes sociais têm sido chamados/as a assumirem um perfil policialesco, diante da execução das políticas públicas e a colocarem o tecnicismo à frente das atividades profissionais, em detrimento das dimensões teórica, ética e política. No entanto, é preciso analisar que, muitas vezes, esse “perfil” assumido não é necessariamente uma imposição institucional e, sim, algo já presente no exercício profissional de determinados/as assistentes sociais, uma vez que o conservadorismo possui presença constante, acompanhando o Serviço Social desde suas origens.

Mas, o que se constata é que o conservadorismo no Serviço Social vem se fortalecendo e ganhando novas roupagens. Nessa perspectiva, para Cisne; Cantalice e Araújo (2020, p. 317):

(...) no interim da atual conjuntura brasileira, há várias frentes de investidas do conservadorismo no Serviço Social, como: a capitulação diante da ideologia neoconservadora pós-moderna; o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional; prescrição da profissão pelos manuais das políticas sociais, em detrimento da direção social e estratégica da profissão; o tecnicismo profissional que assinala para construção de um perfil profissional jurídico-normativo e pretensamente neutro.

Concordando com as autoras, este conservadorismo no Serviço Social se expressa de diversas formas, em que destacamos a questão do tecnicismo. Sendo

assim, nos parece que ser “um/a bom/boa” profissional é ter domínio dos manuais técnicos, disponibilizados pelo Estado, para a execução de determinadas políticas. Quanto mais conhecedor/a destes manuais, melhor é o/a profissional. Com isso, há o esvaziamento do perfil crítico e contestador da realidade, bem como do estímulo à participação dos/as usuários/as nos espaços de controle social e em movimentos sociais.

Dentro do avanço do conservadorismo, destacamos também a adoção de categorias pós-modernas pela profissão, o que se traduz, segundo Boschetti (2015) num “teoricismo acrítico”, o qual vai caracterizar uma atuação em conformidade com a ordem capitalista, sem críticas e resistências. Além disso, a autora apresenta: o aligeiramento da formação profissional; o pragmatismo; o voluntarismo e o conformismo, como traços que marcam a presença do conservadorismo no Serviço Social.

Outra manifestação do conservadorismo no Serviço Social, destacado por Cisne; Cantalice e Araújo (2020), é o chamado “Serviço Social Libertário”, o qual, através de suas “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”, dentre outros pontos, defende o retorno das práticas conservadoras presentes no surgimento da profissão e o abandono do marxismo, como teoria social de análise da realidade.

Com base na literatura crítica da profissão, sabemos o quanto foi/é importante a interlocução do Serviço Social com a teoria social de Marx. É através dela e, utilizando-se do método crítico dialético, que podemos analisar a realidade de forma crítica, reflexiva e, principalmente, não contemplativa, uma vez que o próprio método nos conduz a interlocução entre teoria e prática, com a finalidade de transformação social.

É esta teoria que permitiu/permite visualizar a importância da luta de classes com vistas a superação do modo de produção capitalista, como também refletir que é tal modo de produção o gerador das contradições entre capital x trabalho e, portanto, gerador de desigualdades de classe, raça e gênero. Além disso, foi/é a partir da interlocução com a teoria marxista que a profissão se vincula a um projeto societário que vislumbra a superação do capitalismo, sendo necessário, para tanto, a adesão ao projeto da classe trabalhadora.

No que tange o processo de produção de conhecimento, a incorporação da teoria marxista sinaliza um passo decisivo para o acúmulo teórico, principalmente sobre Estado, Políticas Sociais, Questão Social, Direitos Humanos, dentre outros, construindo o que José Paulo Netto (1999) denomina de “massa crítica”, o que foi/é importante para o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão capaz de produzir conhecimento.

Mesmo constatando a presença histórica do conservadorismo no Serviço Social, é importante lembrar, como bem pontua Barroco (2011), de toda a bagagem acumulada diante da construção do projeto ético-político, a qual nos oferece um arsenal teórico, metodológico, ético e político capazes de oferecer resistência a esse conservadorismo.

Segundo José Paulo Netto (1999), tal projeto começa a ser construído entre as décadas de 1970 e 1980 e se torna hegemônico na década de 1990, permanecendo em constante movimento. Para o autor, será justamente a recusa ao conservadorismo profissional que vai impulsionar todo o movimento de construção deste projeto.

Assim, a bagagem acumulada através da construção do projeto ético-político nos oferece capacidade de crítica a esse conservadorismo profissional. Concordando com Netto (1999), este projeto possui uma dimensão política a qual reitera os compromissos anteriormente postos, de luta pela democracia; cidadania e participação social, ou seja, ele traz a importância do movimento, da transformação da sociedade, amparada na participação da classe trabalhadora.

Do ponto de vista ético, o autor supracitado evidencia que o projeto apresenta a liberdade como valor central, compreendida a partir do compromisso com a defesa da autonomia e emancipação humana. Nesse sentido, se posiciona contra o modo de produção capitalista, por considera-lo um sistema gerador de opressões; preconceitos; desigualdades e exploração. Assim, o compromisso é de lutar por uma outra sociabilidade, verdadeiramente livre.

Já no que se refere à dimensão profissional, defendida pelo projeto e destacada por Netto (1999), há o compromisso com a competência, o que se dá através do processo de formação amparado na teoria crítica e aperfeiçoamento

enquanto uma constância no fazer profissional.

Nesta perspectiva, de compromisso com o aprimoramento constante, Boschetti (2015, p. 650) afirma que tanto a formação, quanto o exercício profissional “devem ser oxigenados permanentemente pela indignação com a barbárie, pela recusa ao naturalismo das coisas e pelo otimismo e convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade.”

Mesmo considerando a hegemonia do projeto ético-político, se faz necessário destacar que o mesmo sofre diversas ameaças, que proporcionam desafios a sua materialização diante de tempos tão adversos.

Para Yazbek (2020), trata-se de um grande embate, uma vez que o projeto ético-político do Serviço Social se contrapõe ao que está hegemonicamente posto e imposto na sociedade do capital. Assim, a complexidade está justamente em reafirmar seus princípios e valores em tempos tão desiguais e de ampliação, como vimos, do pensamento conservador.

Concordando com a autora acima mencionada, a superação deste desafio inclui o reconhecimento do significado contraditório do Serviço Social, principalmente no tocante à atuação profissional junto às políticas sociais. Neste sentido, é importante reconhecer esses espaços de atuação em suas possibilidades de disputa e luta pela efetivação e garantia de direitos.

Ainda concordando com Yazbek (2020), é no nosso cotidiano profissional que devemos buscar exercer formas de resistência, expressas através da politização dos/as usuários/as; estímulo para que os/as mesmos/as participem dos espaços de controle social. Além disso, se faz necessário que busquemos também participar destes espaços e nos somemos aos movimentos de lutas e resistências contra o atual contexto de aprofundamento da barbárie.

#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vivemos um momento complexo da nossa história, em que se posicionar na defesa

de direitos, já constituídos, soa como algo ilusório, ou, como dizem os/as conservadores/as, “coisa de comunista”.

A ofensiva conservadora criminaliza os movimentos de resistência e defesa da vida, da saúde, educação, trabalho, habitação, alimentação, dentre outros direitos considerados básicos para que possamos sobreviver. Somados a essa criminalização, situamos também a expansão dos discursos de ódio e práticas violentas e discriminatórias, dirigidas principalmente contra negros/as, indígenas, mulheres e pobres.

Nos parece, assim, que hoje os discursos e práticas carregadas de preconceitos e ódio se espriam sem qualquer pudor e/ou receio, na certeza da aceitação e impunidade. É nesse sentido que situamos o verdadeiro genocídio que da população negra, pobre, LGBTQIA+ e mulheres de nosso país e nos faz refletir sobre: o que impulsiona práticas racistas e homofóbicas? O que explica o aumento da violência contra a mulher, em especial as negras e pobres? Por que o ódio ao Partido dos Trabalhadores/as? Por que banaliza-se a vida e valoriza-se a economia, mesmo num momento de pandemia que fez morrer tantas pessoas em nosso país? Por que muitos/as não conseguiram/conseguem se sensibilizar com as mais de 600 mil pessoas que morreram no Brasil, ocasionadas pela COVID-19?

Esses e outros questionamentos são importantes para considerarmos que a ofensiva conservadora não se localiza apenas no plano das ideias, estando presente no contexto político, econômico e social, impulsionando o posicionamento do Estado no tocante à decisão pela fragilização das políticas públicas e regressão de direitos, bem como em práticas criminosas, como o genocídio da população preta e pobre do nosso país. Assim, não é “apenas” um discurso de ódio contra mulheres, negros/as, pobres, indígenas... São práticas que culminam com violências e violações de direitos.

Este cenário desafia diversas profissões, dentre as quais destacamos o Serviço Social, enquanto profissão que atua na/com a realidade e que precisa lidar cotidianamente com as diversas expressões da questão social, lidando com a defesa de direitos da população usuária das políticas sociais.

O Serviço Social possui uma dimensão hegemônica, que vem sendo

construída desde a década de 1970, enquanto um movimento de questionamento ao conservadorismo e defesa intransigente de direitos humanos, da autonomia, democracia e cidadania.

Mesmo reconhecendo esta hegemonia, construída através do projeto ético-político da profissão, é preciso identificar que estamos numa conjuntura tão complexa de avanço do conservadorismo, que é impossível não considerar a sua influência no Serviço Social.

Diante da ofensiva conservadora, se torna cada vez mais urgente e necessário defender e buscar possibilidades de materialização do projeto ético-político, pois ele, além de trazer uma bagagem teórico crítica, também direciona a categoria para determinados compromissos, em que destacamos a luta contra as desigualdades de raça, classe e gênero e, portanto, pela superação do modo de produção capitalista.

Além disso, tal projeto nos proporciona a reflexão de que o caminho para a superação do conservadorismo não é tarefa unicamente dos/as assistentes sociais. Devemos nos somar nas lutas cotidianas, exercitar o movimento de denúncia e de indignação contra a barbárie que nos cerca, compreendendo que há possibilidade de superação desta sociabilidade e a via deverá se dar através da participação social da classe trabalhadora, enquanto sujeito privilegiado da transformação social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARROCO, Maria Lúcia .Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social Revista Serviço Social e Sociedade. N. 124, 2015.

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Luciene. "Renovação" do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v. 20, n.2, p. 307-327, jul. / dez. 2020

DEMIER, F. e Hoeverler, R. A onda conservadora. Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da *democracia blindada* no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

HORST, Cláudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia. Serviço Social e o trabalho social com famílias: renovação ou conservadorismo? *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, V. 15, n. 40, p. 228- 246, 2017.

IVANETE, Boschetti. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*. n. 124, 2015.

KELLER, Suellen B. Alves. A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, ABEPSS, 2006.

NETTO, Leila E. O Conservadorismo Clássico - Elementos de Caracterização e Crítica. São Paulo: Cortez, 2015.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Silva Marta; CARLOTO, Cássia Maria (orgs). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. "Renovação" do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v. 20, n.2, p. 307-327, jul. / dez. 2020.

,